



CNPJ Nº 16.539.531/0001-97

INSC. ESTADUAL Nº 28.379.000-8

Carta n.º 007/2023

Campo Grande - MS, 08 de março de 2023.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO

Comissão de Licitação

Ref. Pedido de Impugnação do Pregão Eletrônico 002/2023 – Processo 028/2023

DJE COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 16.539.531/0001-97, sediada na rua São Benedito, n. 18, Bairro Santa Luzia, CEP 79.116-280, na cidade de Campo Grande, MS, vem respeitosamente por meio desta, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em epígrafe, com fundamento no Artigo 41, § 2º da Lei nº 8.666/1993, pelos motivos de fato e de direito que adiante passa a expor.

2 - DOS FATOS

Na data de 28/02/2023 houve a publicação do edital referente ao processo licitatório supramencionado, tendo por objeto a proposta mais vantajosa para a aquisição de gêneros alimentícios (perceíveis) para atender as Unidades Educacionais Municipais participantes do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para o exercício de 2023.

Consoante ANEXO I do edital, consta a relação dos itens que compõem a licitação em questão, tendo por objeto desta impugnação os produtos de origem animal, sendo estes: 1.250 pacotes, de 2Kg de carne bovina em iscas-patinho submetido ao processo de congelamento individual tipo Individually Quick Frozen (IQF); 3.500 pacotes de 2kg de carne bovina Musculo-Moído submetido ao processo de congelamento individual tipo Individually Quick Frozen (IQF); 2.000 pacotes de 2kg de carne Bovina Patinho-Cubos in natura submetido ao processo de congelamento individual tipo Individually Quick Frozen (IQF);

3 - DA RESTRIÇÃO A COMPETITIVIDADE

A exigência do processo de congelamento individual tipo Individually Quick Frozen (IQF) restringe a competitividade do certame restando assim uma exigência abusiva. Insta destacar que a exigência supracitada a participação do certame reduz radicalmente o número de empresas que dispõem desta tecnologia para participar do certame.

Sobre o princípio da competitividade, o Professor José dos Santos Carvalho Filho, na sua Obra “Manual de Direito Administrativo”, 17ª edição, p. 218, ensina o seguinte:

“Significa que a Administração não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação. Em outras palavras, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção se faça da melhor forma possível. Encontramos o princípio no art. 3º, §1º, I, do Estatuto. ”.

Ressaltamos que o processo de congelamento IQF por se tratar de uma tecnologia de ponta, demanda de um investimento muito alto, restando assim um acréscimo injustificável de 30 a 40% no valor final de cada produto.

Conforme o art. 3º da Lei 8.666/93 a Administração não pode fixar exigências que tiram a competitividade da licitação, pelo que fica obrigada, em obediência às normas e princípios que regem as compras públicas, permitir que o maior número possível de licitantes possa concorrer ao certame.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

Diante ao exposto, impugna-se a exigência de que os itens 38, 39 e 40 do ANEXO I do edital em epígrafe devam ser submetidos ao processo de congelamento individual tipo Individual Quick Frozen (IQF), por se tratar de exigência insensata, onde apresenta por único objetivo a restrição quanto a competitividade do certame.

3 - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, REQUER-SE:

- a) O recebimento e o conhecimento da presente IMPUGNAÇÃO, visto que apresentada na forma e no prazo estipulado pela legislação;
- b) A suspensão do trâmite licitatório até o julgamento desta impugnação;



CNPJ Nº 16.539.531/0001-97

INSC. ESTADUAL Nº 28.379.000-8

- c) Requer que sejam analisados e acolhidos os fundamentos da presente Impugnação, para que seja excluída do Edital a exigência quanto ao sistema de congelamento IQF para os itens carnes;
- d) A republicação do Edital, sanadas as irregularidades, reabrindo-se o prazo para elaboração e apresentação das propostas, cumprindo ao princípio da publicidade;

Nestes termos pede e espera deferimento.

Oranje de Almeida
Representante Legal
RG: 354.718 SSP - MS
CPF: 403.448.191-91